



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 02/2022

Data da Sessão Ordinária

29 de abril de 2022

Início

20:30 horas

Termo

00:15 horas

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cinquenta e nove, de onze de abril de dois mil e vinte e dois.-----

Nesta sessão estiveram presentes os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, Carmen Dolores Gomes da Silva, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, Vanessa Isabel do Nascimento Almeida, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia; Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo e Paulo Gameiro Sena Freitas.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio e pelos Senhores Vereadores Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques.-----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática, no apoio logístico à Assembleia Municipal, ambos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária - Maria Teresa Braz de Matos Gaspar.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois e o dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número sete, da sessão ordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um, para análise e aprovação.



O Senhor Deputado Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sugeriu uma pequena correção à Ata, aceite pela Mesa. Não havendo mais correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo esta aprovada por unanimidade.-----

Neste Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia fazer algumas considerações; começou pelas Festas do Concelho/Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem, regressadas do interregno após dois anos de pandemia. Salientou e saudou o grande envolvimento e empenhamento das diversas Associações, Escola, Santa Casa da Misericórdia, Bombeiros, trabalhadores da Autarquia e população em geral. Invocou igualmente a participação da Paróquia, porquanto estas festas, Festas do Concelho/Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem, tinham a sua vertente pagã, mas também a religiosa. De um modo geral a população tinha aderido à festa, bom presságio para os tempos que se avizinhavam. Considerava que em termos gerais, a festa tinha sido um êxito, no entanto, haveria em seu entender algumas coisas a melhorar no futuro, que passou a descrever: - No percurso pedestre, na parte dos passadiços, o espaço era bastante estreito criando algumas dificuldades aos participantes; na mostra de artesanato, não obstante ter tido uma grande representação, em termos da mostra nacional habitual não tinha sido tão representativa, sugerindo ao executivo para no futuro encontrar estratégias para uma maior diversidade de artesanato nacional; na chegada das embarcações, tinha-se vivido um momento constrangedor por falta de água nos rios, dificultando a chegada das embarcações por tão diminuto caudal, desconhecendo as razões dessa falta de água naquele momento. Não menos embaraçoso, tinha sido o momento do hastear das bandeiras, com bandeiras invertidas, de todo o modo, em seu entender, o balanço final era positivo. As associações e os comerciantes pelo movimento que tinha visto, deveriam estar satisfeitos.-----

Para terminar, disse pretender fazer um reparo, para no futuro haver um maior cuidado na designação de festas no plural, Festa de Nossa Senhora da Boa viagem não era por acaso, porque, a Festa de Nossa Senhora da Boa viagem era na segunda feira. Aproveitou para questionar se o Pároco da Freguesia e das outras paróquias do concelho, tinha sido consultado e, qual a sua opinião sobre o programa da festa na sexta feira santa, assim como, a imagem da Nossa Senhora da Boa Viagem estar associada ao cartaz de divulgação da festa? Reforçando que, as festas do concelho estavam muito associadas aos marítimos e também à semana santa, com a figura de Jesus Cristo como figura central



até sábado, tendo a Nossa Senhora da Boa viagem um papel secundário até ao Domingo de Páscoa, daí não dever estar associada aos cartazes de promoção das festas. Era apenas a sua opinião!-----

Um outro assunto que gostaria de questionar, tinha a ver com o seguinte: estava em discussão pública o Plano Estratégico da Água dois mil e trinta (Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030), sendo um documento muito importante, que envolvia fundos comunitários, questionava se iriam emitir parecer e, se já estavam a estudar o documento? Existiam no entender da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, algumas prioridades que deveriam ser tidas em atenção, e não estavam! designadamente a eficiência hídrica, a reabilitação de infraestruturas, assim como, a redução das perdas de água. As Câmaras Municipais sozinhas não se podiam candidatar, pelo que deveriam ter muito atenção com este Plano Estratégico e permitir que as Assembleias Municipais se pronunciassem sobre ele, tendo em atenção os interesses do município.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária tinha colocado.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão do percurso pedestre e ao passadiço estreito, referindo que o objetivo tinha sido diversificar o percurso da caminhada, aproveitando os trilhos existentes no concelho de Vila Nova da Barquinha. No futuro, seria tida em consideração a observação reportada. Relativamente à Mostra Nacional de Artesanato, tinha sido aberto concurso, os artesãos tinham-se inscrito e tinha sido feita uma seleção interna procurando uma maior abrangência de artesãos a nível nacional. Não era culpa do Município não se terem inscrito artesãos de determinadas regiões do País. Para além dos stands presentes na festa, tinha havido mais artesãos a inscreverem-se, não havendo espaços suficientes para os acolher. Quanto ao Feriado Municipal e à questão da água; tinham desenvolvido os mesmos procedimentos de anos anteriores. A seca que se vivia condicionava a libertação de águas das barragens. Tinham solicitado à EDP – E-REDES que libertasse água do Castelo de Bode e a resposta obtida tinha sido negativa, invocando a legislação que tinha saído por parte do governo e as restrições associadas à seca, não sendo possível libertarem água do Castelo de Bode. Iriam proceder à libertação de alguma água através do Fratel, ou seja, através do Rio Tejo, o suficiente para os barcos subirem o rio. O que se tinha passado tinha sido o seguinte: o Fratel tinha libertado água a partir das seis horas da manhã, o açude de Abrantes tinha as comportas abertas e, quando viram a água a chegar fecharam-



nas, provocando alguma retenção de água em Abrantes. No momento da chegada das embarcações, as condições não eram as melhores, tendo provocado os constrangimentos verificados.-----

Relativamente à questão do hastear das bandeiras, era algo que teriam que melhorar para não voltar a acontecer.-----

Quanto à questão da Paróquia, disse ter falado pessoalmente com o Senhor Padre Nuno e, a única reserva que o Senhor Padre tinha feito, tinha sido para trazerem qualquer coisa digna para o dia, mas, que não fizesse a Vila “rebentar pelas costuras”. Tinha sido isso que tinha acontecido, no entanto, respeitava as outras opiniões.-----

Relativamente ao Plano Estratégico da Água 2030, era intenção do Município, participar na consulta pública do mesmo.-----


Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que a Bancada do Partido Socialista parabenizava o executivo camarário, pela forma como tinham decorrido as Festas do Concelho/Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem. Depois de dois anos de pandemia, a participação das coletividades e a adesão dos munícipes eram disso prova.-----

De seguida, solicitou autorização para em nome da Bancada do Partido Socialista, apresentar uma Declaração (**Anexo I**).-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária (CDU), informando que a sua Bancada tinha uma Moção para apresentar (**Anexo II**).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta Moção a votação para aceitação e discussão. Aceite por maioria com uma abstenção da Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel do Nascimento Almeida, do Partido Socialista, que fez a seguinte declaração: “a Moção está bem-feita e dirigida aos Bombeiros Voluntários de Constância, o que acontece é que apesar de serem Associações Humanitárias, muitas são empresas privadas de âmbito nacional e, não terão muito a ver com esta Moção para que o governo as possa apoiar, ou seja, basta que se faça uma gestão dos corpos de Bombeiros, tal como se nós tivéssemos uma empresa para gerir. É verdade que os aumentos dos combustíveis se acentuaram, e ainda mais, para quem faça muitos transportes de doentes. Se a Moção fosse dirigida à Câmara Municipal e outras Instituições para ajudarem os nossos bombeiros, teria o meu voto favorável, assim, uma Moção dirigida ao Governo, quando são empresas privadas que gerem os corpos de bombeiros, não faz muito sentido”.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista, referindo que neste caso e em termos gerais, com o brutal aumento dos combustíveis, qualquer corporação de socorro sentia grandes dificuldades em responder



às solicitações das populações com estes constrangimentos. Contudo, uma Moção deste tipo, deveria ser elaborada com conhecimento de como as estruturas funcionavam; os apoios que recebiam, as suas dependências, assim como, as necessidades de em alguns casos, como Constância, possuírem um rácio Bombeiros/população tão elevado. Não encontrava na Moção, embora a respeitasse, conteúdo suficiente para que pudesse ser apresentada a uma instância superior.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o executivo nestas questões das Moções não poderia intervir, no entanto, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitava a palavra, provavelmente para algum esclarecimento importante, excecionalmente passava-lhe a palavra.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que não podendo intervir, possuía alguns dados que poderiam ser importantes para a análise da Moção que a Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária tinha apresentado. Para além do aumento dos combustíveis, havia um problema que se arrastava há demasiados anos com a Proteção Civil Municipal que, no concelho de Constância e em muitos concelhos do País, estava assente na base das Associações Humanitárias, não havendo uma estrutura profissional que assegurasse a Proteção Civil. Independentemente de existirem boas gestões e o seu contrário. A administração central ao longo dos anos tinha-se desresponsabilizado por aquilo que eram os apoios às Associações Humanitárias e, eram as Câmaras Municipais que tinham que cobrir essa falta da Administração Central. Recordou que, só nos últimos dois anos de Covid-19, se não fosse a Câmara Municipal ter apoiado mensalmente com oito mil euros, não teríamos hoje, provavelmente, Associação Humanitária. Este apoio mensal vigorou até ao passado mês de março.-----

Informou também que o Município tinha apresentado uma proposta para uma terceira EIP (Equipa de Intervenção Permanente), estando a aguardar uma resposta. Cada EIP era constituída por cinco elementos, o Município assegurava o pagamento de metade dos encargos e a Autoridade Nacional de Proteção Civil a outra metade. Estes efetivos conseguiriam assegurar a proteção e socorro à população do concelho.-----

Resumindo, o Município neste momento estava a apoiar mensalmente com quatro mil euros, mais quatro mil euros para as Equipas de Intervenção Permanente, num total de oito mil euros. Pagava a água, luz e seguros aos bombeiros, para além de alguns apoios pontuais que pontualmente solicitavam.-----

Quanto à Moção, considerava-a pertinente, embora pudesse ser melhorada e, era preciso que todos em conjunto fizessem pressão junto dos governos, para que a questão das Associações Humanitárias fosse de uma vez por todas resolvida e assumida.-----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que um dos apoios às Associações de Bombeiros poderia passar pela redução do IVA dos combustíveis. A Moção apresentada era abrangente, não se destinava só aos Bombeiros Voluntários de Constância. Muitos transportes eram feitos a pedido das Instituições Hospitalares para pessoas com insuficiência económica.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para comentar a intervenção da Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel do Nascimento Almeida, do Partido Socialista, referindo que quando a Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária trazia assuntos à Assembleia Municipal, esses assuntos eram estudados anteriormente. Neste caso concreto, sabiam que as empresas não eram todas geridas da mesma forma, umas eram bem geridas, outras nem por isso. Existiam Corpos dos Bombeiros que geriam melhor que outros, tendo alguns, empresas dentro das suas Associações. Não era essa a razão da apresentação da Moção, a razão principal visava sensibilizar o governo para resolver de uma vez por todas uma situação entre várias, que como tinha referido o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que ajudasse os Bombeiros. O assunto por aquilo que sabia, andava a ser discutido entre a Senhora Ministra da Administração Interna e a Liga Portuguesa de Bombeiros.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para solicitar à Mesa da Assembleia, uma interrupção nos trabalhos por dois minutos, para que a sua Bancada pudesse conferenciar sobre o seu sentido de voto.- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu uma interrupção por dois minutos.-----

Retomados os trabalhos, a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, solicitou a palavra, referindo que tendo por base a intervenção do Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista, no respeitante ao fraco conteúdo da Moção, embora estivessem de acordo com ela, porque era necessário reclamar para que fossem assumidas responsabilidades, incluindo do governo central. O texto da Moção na opinião da Bancada do Partido Socialista, misturava diferentes aspetos, sendo necessária uma melhor fundamentação no seu conteúdo. Para que essa melhoria fosse feita, só deveria ser apresentada numa próxima Assembleia Municipal. No caso de ser votada nesta sessão, a Bancada do Partido Socialista tinha-se decidido pela abstenção.-----

Pediu novamente a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a proposta era muito

clara, com medidas para o justo financiamento das Associações, assim como, criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos Corpos dos Bombeiros, nomeadamente gasóleo verde.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo esta aprovada por maioria, com oito votos a favor (cinco da CDU e três do PS), e dez abstenções da restante Bancada do Partido Socialista.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Petição Pública “Defesa e preservação do Largo Heitor da Silveira em Constância e sua envolvente”;-----
3. Análise, discussão e eventual apreciação e votação da proposta de prestação de contas e de inventário relativos ao exercício de 2021 – Para deliberação;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2021 – Para deliberação;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2022 e respetivo anexo (1ª alteração) – Para deliberação;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração modificativa (1ª alteração) aos documentos previsionais de 2022 a 2025 – Para deliberação;-----
7. Eleição de um representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Constância para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;-----
8. Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação 2021 – Para conhecimento;---
9. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento;-----
10. Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs uma pequena correção no ponto número seis; documentos previsionais de 2022 a 2025, para 2022 a 2026.-----

Solicitando igualmente que, pela urgência, fosse introduzido mais um ponto na Ordem de Trabalhos; adenda à prestação de contas de 2021.-----

Com as alterações apresentadas, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Edital e a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se alguém pretendia fazer alguma intervenção.-----

Inscreveram-se os seguintes cidadãos:-----

- Senhor Luís Gonçalves, de Constância – “Relevância Turística de Constância”;-----
- Senhor Rui Silva Pires, de Pereira – “Petição Pública – Pereira”;-----
- Senhor José Maria Luz, de Constância – “Arquivo e Rua de Santana”;-----
- Senhor Carlos Martins, de Constância – “Largo Heitor da Silveira”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Luís Gonçalves.--

No uso da palavra, o Senhor Luís Gonçalves começou por referir que tinha duas paixões; Constância e o Turismo. Constância era um dos cem Concelhos que constituíam a Região de Turismo Centro de Portugal. O Portal da responsabilidade do Turismo do Centro, não dava grande relevância à atratividade de Constância; nem no campo Regiões, nem no de Subprodutos ou motivações turísticas, dando para o efeito alguns exemplos: - Desporto e Aventura, nada constava respeitante ao Concelho; tradições e eventos da Páscoa, nada de relevante sobre as Festas do Concelho/Festa da Nossa Senhora da Boa viagem, para a promoção turística da Região, entre outros aspetos. Para o efeito, deixou as seguintes sugestões:-----

- 1 – Promover uma visita educacional/de familiarização com o produto turístico “Constância” dirigida aos responsáveis pelo Turismo do Centro e, especialmente, aos decisores dos conteúdos no Portal e, a jornalistas especializados;-----
- 2 – Patrocinar, em conjunto com o Turismo Centro a constituição de uma associação “para a promoção turística e cultural do Ribatejo” (ou, pelo menos) do Médio Tejo;-----
- 3 – Criar o subproduto “Constância Literária”, aderindo ao Plano de Ação do Turismo de Portugal.-----


Na Newsletter saída naquele dia, vinha como experiência sugerida, uma explicação muito correta e evidente do Parque Ambiental de Santa Margarida – Borboletário Tropical.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Rui Silva Pires.--

No uso da palavra, o Senhor Rui Silva Pires começou por referir que pretendia colocar duas questões. Primeira questão: - Se podia deslocar o Púlpito, voltando-o para o público por respeito a este, e não na direção da Assembleia e da Câmara?-----

Segunda questão: - Se era possível/permitido, a mesma pessoa intervir por dois momentos neste período da Ordem do Dia?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que relativamente à deslocação do púlpito, não permitia. Os cidadãos vinham à Assembleia apresentar questões dirigidas a esta ou, ao Executivo e não ao público. O facto de estar de costas para o público não considerava nenhuma falta de respeito.-----



Relativamente à segunda questão, se não tivesse esgotado o tempo definido para a sua intervenção, neste caso sete minutos, poderia fazer uma nova intervenção dentro do mesmo assunto, para esclarecimentos -----

Esclarecidas as duas questões introdutórias, o Senhor Rui Silva Pires começou por referir que a questão que pretendia apresentar, prendia-se com a Petição “Não queremos o mundo apenas o básico”, relacionada com a necessidade da realização de obras de saneamento básico na localidade da Pereira, apresentada há alguns meses nesta Assembleia e votada favoravelmente. Na presente sessão, existia um ponto “alteração dos documentos previsionais”, onde poderia ser enquadrada aquela obra, colocando as seguintes questões: - Qual o motivo para a Câmara Municipal ainda não ter respondido à Petição e, qual a intenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à mesma?-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor José Maria Luz.-----

No uso da palavra, o Senhor José Maria Luz começou por referir que tinha começado a ser feito no Arquivo Municipal, um trabalho de digitalização de jornais, entretanto parado nos últimos anos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha assinado com ele, um protocolo em dois mil e dezassete, para que os títulos ficassem disponíveis para o público. Tinha conhecimento que o ataque informático sofrido nos serviços do Município, tinha criado algumas dificuldades ao trabalho, no entanto, propunha que depois de restaurado todo o espólio, se desse continuidade ao trabalho, porque, no caso dos jornais Gazeta do Tejo e Mensageiro do Tejo, já tinha sido feita a digitalização, no caso do jornal de Abrantes, tinha-se feito o depósito, mas não o tratamento dos dados e a digitalização. Assim, propunha que a Câmara Municipal manifestasse intenção de dar continuidade ao trabalho, assim como, do espólio fotográfico que tinham começado a tratar e tinha parado por motivos da pandemia e do ataque informático, mostrando-se disponível para continuar a colaborar com o arquivo.-----

Uma segunda questão, prendia-se com os muros na Rua de Santana. Pretendia saber se estava prevista alguma intervenção aos mesmos?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Carlos Martins.---

No uso da palavra, o Senhor Carlos Martins começou por referir que pretendia apresentar algumas questões relacionadas essencialmente, com uma Petição sobre o Largo Heitor da Silveira; no geral, concordava com o texto da mesma. O que conhecia sobre o projeto ou esboço de projeto, tinha sido o que tinha lido nos jornais e, que o tinham deixado bastante preocupado porque iria desvirtuar ou, possivelmente destruir, o centro histórico da Vila. O projeto deveria ter em consideração a questão dos materiais naturais “calcário, algum xisto



e essencialmente o seixo do rio rolado”, estes seriam os materiais de eleição. O granito não tinha rigorosamente nada a ver com esta região. Já antes tinha criticado um outro executivo municipal, aquando da requalificação de algumas ruas no centro histórico, por terem colocado espelhos dos degraus ou mesmo degraus de algumas escadas, em granito. A Vila era notável e bonita porque era histórica, rústica e tradicional, no dia que deixasse de ser assim, deixava de ter o encanto que o tinha a ele e família terem-na escolhido para viverem há cerca de vinte e oito anos. Os próprios turistas, procuravam a Vila por ter determinadas características históricas e rústicas que a tornavam diferente. No dia em que a Vila tivesse avenidas largas e ruas modernas, acabaria aquele chamamento. A suposta intenção de substituição dos frades de calcário no Largo Heitor da Silveira, independentemente da idade destes, eram feitos de material tradicional, bonito, e até poderiam ser deslocados mais para o lado, mas substituí-los por pilaretes metálicos à moda de Lisboa, era absurdo num Centro Histórico. As lajetas no pavimento da rua, também não lhe pareciam as mais adequadas, sendo de opinião contrária. Deu como exemplo as lajetas de granito aplicadas na recente requalificação da zona ribeirinha, estando dezenas delas já rachadas ou mesmo partidas. Definitivamente, não era um material a ser aplicado na Vila. Referiu estranhar que a DGPC (Direção Geral do Património Cultural) que tantos problemas colocava em qualquer pequena obra que se fizesse na Vila, nesta obra no Largo Heitor da Silveira, a cerca de cinquenta metros da Igreja da Misericórdia e do Pelourinho, não colocasse reservas sobre a mesma. Se a ideia era para melhorar as condições para as pessoas com mobilidade reduzida, sugeria que se criasse uma faixa com lajes de calcário, mantendo o piso pedonal no Largo Heitor da Silveira em calhau rolado do rio, eventualmente reparado. Tinha ouvido dizer que aquele largo em tempos, teria sido uma praça de peixe. Se assim tivesse sido, sugeria a colocação de uma pintura mural ou um painel de azulejos no muro existente, que evocasse o seu passado. Para terminar, referiu ser um entusiasta da ideia da mudança do museu dos rios para onde estava previsto e da revitalização da Rua Grande.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas na intervenção do público.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Rui Silva Pires, referindo que o órgão para análise e votação das Petições era a Assembleia Municipal e não a Câmara Municipal. A Petição tinha vindo à Assembleia Municipal, tinha sido aprovada e, a Câmara Municipal não tinha que se pronunciar porque não era o órgão competente para o fazer. Logo no primeiro email enviado à Câmara Municipal pelo Senhor Rui Silva Pires, apenas tinham acusado a receção do mesmo, pela incompetência em se pronunciarem sobre o assunto. Quanto ao



saneamento básico da Pereira, disse que gostaria de um dia ver no nosso país, em dois meses, ser possível por um projeto de pé, lançar a empreitada e começar a obra. O assunto de uma solução para aquela questão da Pereira, não estava esquecido.-----

Quanto às questões apresentadas pelo Senhor José Maria Luz, particularmente sobre as digitalizações, mandou a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, detentora daquele pelouro, tomar nota sobre o assunto para que se pudesse dar continuidade à colaboração.-----

Relativamente à Rua de Santana, o projeto de execução estava a ser feito internamente, e contavam no próximo ano iniciar a intervenção, nomeadamente, a recuperação de muros e a substituição de algumas árvores.-----

Sobre as questões colocadas pelo Senhor Carlos Martins, por estarem relacionadas com um ponto da presente Ordem de Trabalhos, responderia durante a discussão daquele ponto.-----

Relativamente às questões do Senhor Luís Gonçalves, tinha-as entendido como considerações. Também tinham recebido a revista do Turismo do Centro e verificado que o concelho de Constância não tinha sido devidamente valorizado. Fariam chegar essa nota de descontentamento ao Turismo do Centro para que no futuro houvesse outro cuidado.— Voltou a solicitar a palavra o Senhor Rui Silva Pires, referindo que apenas pretendia recordar o assunto “Petição” uma vez que não tinha tido qualquer notícia sobre o mesmo. Ao surgir na presente Ordem de Trabalhos um ponto com alteração dos documentos previsionais para dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e seis, poderia haver a intenção de colocar nos documentos o projeto do saneamento básico da Pereira e daí ter colocado a questão, de qual a intenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Portanto, o assunto poderia ter sido discutido na reunião da Câmara Municipal nestes termos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a responder ao Senhor Rui Silva Pires, referindo que a revisão modificativa que vinha à Assembleia Municipal, um ponto que seria discutido mais adiante, era para a injeção do saldo de gerência de seiscentos mil euros, que tinha transitado do ano anterior. As autarquias locais na proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o presente ano, iriam levar um grande corte, e desses seiscentos mil euros, trezentos e quarenta e oito mil seria o valor que o município iria receber a menos este ano do Orçamento Geral do Estado. Com esta situação, era impensável pensar em colocar algum projeto estruturante para além daqueles que estavam já previstos no orçamento.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto segundo da Ordem de Trabalhos.-----



PONTO 2 - PETIÇÃO PÚBLICA “DEFESA E PRESERVAÇÃO DO LARGO HEITOR DA SILVEIRA EM CONSTÂNCIA E SUA ENVOLVENTE”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha recebido uma Petição com cerca de cento e vinte assinaturas, tendo como primeiro subscritor o Senhor José Maria Luz. Consultados os serviços jurídicos da autarquia, estes pronunciaram-se favoravelmente à sua inclusão na Ordem de trabalhos da Assembleia Municipal.-----

Para fazer a sua apresentação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha convidado o primeiro subscritor, que tinha aceitado.-----

“PETIÇÃO -----

Face à notícia de obras de requalificação do Largo Heitor da Silveira e sua envolvente, os cidadãos abaixo-assinado vêm por este meio requerer à Assembleia Municipal de Constância que a mesma recomende à Câmara Municipal de Constância que tome as decisões necessárias para a preservação do Largo Heitor da Silveira e área envolvente, quanto aos seguintes aspectos:-----

Preservação de um pavimento composto por seixos dos rios (calçada) com uma configuração e contexto semelhantes aos existentes actualmente;-----

Manutenção da rosa-dos-ventos, à semelhança da actual; -----

Rearborização paisagística discreta semelhante à actual, na linha do defendido na acta da câmara municipal referente à construção do monumento a Camões e sua envolvência;---

Manutenção do equilíbrio cromático existente com a obrigatoriedade de aplicação de materiais iguais aos existentes e da zona;-----

Manutenção da circulação de pessoas e de estacionamento de veículos ligeiros, embora com as limitações necessárias e proporcionais adequadas;-----

Respeito pela estética paisagista envolvente;-----

Respeito pela obra do Mestre Lagoa Henriques, declinando-se a hipótese de aplicação de granito ou outros materiais estranhos à região e sem histórico no que às características do nosso património local e em causa concerne;-----

Tomada de medidas preventivas de carácter arqueológico e as que se venham a revelar necessárias, no âmbito das obras de requalificação do Largo Heitor da Silveira e sua envolvente, dado que se trata de locais onde é previsível e expectável surgirem achados importantes;-----

Realização de estudos sobre as questões arqueológicas com conexão às obras de requalificação do Largo e sua envolvente, para efeitos da instrução do processo das próprias obras.-----

Pedem deferimento,-----

Constância, 2 de Dezembro de 2021 -----



José Maria Horta Silveiras Alves da Luz”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por informar que, o que a Assembleia aqui poderia fazer sobre esta Petição, no caso de ser votada favoravelmente, tal como era referido no texto da mesma, era uma Recomendação ao executivo, ou seja, nada de vinculativo. Competia ao executivo gerir o município e atribuir as prioridades que julgasse mais adequadas. No caso de não ser aprovada, apenas ficaria registada em Ata. Feito este esclarecimento, convidou o primeiro subscritor da Petição, Senhor José Maria Luz a fazer a apresentação da mesma.-----

No uso da palavra, o Senhor José Maria Luz começou por referir que sendo o texto já do conhecimento da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, iria apenas sintetizar, fazendo alguns considerandos sobre as ideias principais da Petição, na perspetiva dos peticionários.-----

A notícia da requalificação que tinha surgido no Médio Tejo e posteriormente no Jornal “O Mirante”, tinha suscitado aos peticionários e a outros constancienses, grande apreensão e muitas dúvidas, principalmente com a pavimentação do Largo Heitor da Silveira, antigo local de festas e bailes nos anos setenta e, até de uma falsa praça de peixe, uma vez que só vinham duas pessoas vender.-----

Com a aquisição do agora Jardim Horto de Camões à família do Senhor Bartolomeu Pereira, aquele espaço tinha adquirido outra dignidade. Os seixos tinham surgido ali porque a Direção da Casa Memória de Camões, presidida na altura pela Doutora Manuela de Azevedo, que gostava de materiais relacionados com os rios, associando-os à tradição do desterro de Camões na Vila. Em termos históricos e geológicos, o local assim como muitas das ruas da Vila, eram em terra batida e seixos, tendo o granito surgido posteriormente. Nesta perspetiva, era entendimento dos peticionários que deveria ser preservado o aspeto pitoresco do local. Nas imagens da maquete da obra, não era visível a Rosa dos Ventos, mas admitiam que constasse do projeto.-----

Esta petição, pretendia que a Assembleia Municipal a analisasse e, em caso de aprovação, enviasse uma Recomendação à Câmara Municipal. Referiu que não era fácil mobilizar os cidadãos para estes direitos constitucionais. Relativamente ao equilíbrio cromático dos materiais a aplicar na obra, a fotografia saída no Médio Tejo, tinha causado grande apreensão por causa das lajetas em granito escuro, provocando alguma agressividade no contraste, algo estranho. A Câmara Municipal tinha toda a legitimidade para fazer aquela intervenção, mas, as questões estéticas deveriam ser discutidas mesmo não se tratando de um imperativo legal, era um assunto que mexia com a estética da Vila e com a harmonização do Centro Histórico. Também não percebiam, porque a Maquete não era elucidativa, sobre a ligação da Avenida ao Largo e à Rua Grande, uma artéria medieval às



portas da Vila, se continuariam independentes? Quanto à questão da arqueologia, a intervenção preventiva arqueológica não era uma obrigação da Câmara Municipal, mas era uma possibilidade, mesmo não havendo remoção de terras, como tinha referido o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Sobre este assunto colocava algumas questões: tinham sido feitas ou iriam ser feitas algumas sondagens iniciais? Estava prevista alguma intervenção preventiva arqueológica uma vez que já em tempos recuados tinham sido encontrados achados do neolítico, nas imediações daquela zona? Os petiçãoários não estavam a exigir nada, estavam apenas a dar a sua opinião crítica, cumprindo com a sua obrigação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às interrogações dos petiçãoários.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por valorizar a participação das pessoas. Era sempre salutar, quando os cidadãos se juntavam e participavam na vida da comunidade e nas decisões que com ela mexiam.-----

Sobre as observações apontadas pelos petiçãoários, referiu: a intervenção na Avenida das Forças Armadas continuaria a usar os materiais existentes; os passeios continuariam em pedra de calçada em calcário, até ao monumento a Camões; o piso da via continuaria em paralelos de granito; a rosa dos ventos seria mantida no Largo Heitor da Silveira; as únicas árvores que iriam ser retiradas eram as laranjeiras; junto ao muro do jardim horto, seria mantida uma parte com seixo rolado e o restante largo ficaria todo acessível com lajetas em granito ou uma imitação. Era esta a grande alteração. O granito não era nenhuma inovação na Vila! Já tinha sido introduzido no centro histórico nos anos noventa e não lhe parecia que esta intervenção descaracterizasse o Centro Histórico. Para uma melhor análise aos tempos do projeto, informou o seguinte: o projeto tinha sido aprovado na reunião de Câmara de dezoito de junho de dois mil e vinte e a candidatura aos fundos comunitários, tinha sido aprovada em dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e um; o primeiro concurso público, que tinha ficado deserto, tinha sido lançado no dia doze de março de dois mil e vinte e um; lançada uma segunda empreitada em dezassete de junho de dois mil e vinte e um; obra adjudicada em vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um e, a Petição tinha surgido no dia dois de dezembro de dois mil e vinte e um. Compreendia que muitos assuntos da Câmara Municipal passavam despercebidos ao cidadão comum, mas neste caso, tinha sido uma matéria amplamente divulgada e publicitada nos documentos públicos que a Câmara Municipal fazia sair, publicados nos locais públicos do costume. Era um projeto de quatrocentos mil euros, financiado em oitenta e cinco por cento por fundos comunitários. Para responder às questões mais técnicas, solicitou ao Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, Engenheiro Jorge Heitor, a sua intervenção.-----



No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor começou por referir que tinha estado atento às considerações feitas por alguns intervenientes, que passava a sintetizar: no largo Heitor da Silveira, iriam ser colocadas lajetas de cinquenta por cinquenta, em granito cinza claro, muito idêntico ao que existia atualmente nos cubos de granito de toda a Vila, designadamente na Avenida das Forças Armadas. Os elementos em pedra (pilaretes), estava previsto serem substituídos por pilaretes em ferro, para delimitarem a faixa de rodagem da zona pedonal, um projeto aprovado pelo Programa de Apoio à Mobilidade Urbana Sustentável, resultante de um projeto mais abrangente, desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Tinha sido referido por um dos intervenientes, que algumas placas de granito no capeamento de muros recentemente executados na área do POMTEZE (Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere), já se encontravam partidos. Provavelmente sim, no entanto, as lajetas colocadas no capeamento dos referidos muros não eram em granito, eram lajetas a imitar o granito, as que iriam ser colocadas no Largo Heitor da Silveira, cerca de mil metros quadrados, eram em granito.-----

Quanto ao acompanhamento arqueológico; quando o projeto tinha sido apresentado e aprovado em reunião de Câmara, tinha ficado devidamente salvaguardado e estava escrito a negrito na sua informação, que, se houvesse necessidade de qualquer acompanhamento arqueológico, ele seria solicitado. Lembrou que a fundação do pavimento de toda a Avenida, de uma ponta à outra, incluindo a Praça Alexandre Herculano, não ultrapassaria os vinte, trinta centímetros. Toda aquela zona já tinha sido removida no passado a uma profundidade superior, no entanto, se surgisse eventualmente essa necessidade, seria solicitada essa colaboração.-----

Junto ao Largo Heitor da Silveira, a faixa de rodagem iria subir e, junto ao muro do Jardim Horto, surgiriam alguns recortes que mantinham o seixo rolado bem como a Rosa dos Ventos e a Azinheira. Em todo o resto, cerca de mil metros quadrados, seriam colocadas lajetas de granito. Lembrou que o seixo rolado poderia ser muito típico e bonito, mas, não era um revestimento adequado para o cumprimento da Lei das acessibilidades.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que o exercício do direito de petição era uma expressão de cidadania que deveria ser considerada e incentivada, no sentido de dar voz aos munícipes, num alertar da Assembleia Municipal para situações que os preocupassem, na perspetiva da procura de respostas alternativas a questões de interesse geral. A presente petição submetida por um grupo de cidadãos da freguesia e concelho de Constância, bem como alguns moradores da zona histórica da Vila de Constância, manifestando a sua discordância quanto à requalificação da Avenida das Forças Armadas e do Largo Heitor da



Silveira e sua envolvente que, segundo os mesmos, discordavam das opções técnicas e urbanísticas constantes no projeto, questionando mesmo, se teriam sido cumpridos os parâmetros técnicos e urbanísticos por parte do município. Pelo conhecimento que tinha, sendo um projeto financiado com fundos comunitários, com critérios rigorosos e específicos, tendo conhecimento de todas estas exigências, e na salvaguarda dos interesses da população, o município tinha atuado em sua opinião em conformidade.-----

Pediu a palavra Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que este projeto tinha surgido no mandato anterior, quando era Vereadora e já nessa altura esta intervenção a tinha chocado profundamente por muitas das razões, algumas já referidas anteriormente. Existia uma questão que ainda não tinha sido referida sobre a requalificação das Forças Armadas, até ao Monumento a Camões, com um maior estreitamento da Avenida para possibilitar um alargamento dos passeios. Do Largo Heitor da Silveira até à Praça, para além do piso mais elevado, nada mais acontecia, tornando-o um espaço urbano completamente descaracterizado. Os projetistas tinham ideias, eram criativos, mas a responsabilidade era de quem aprovava os projetos. Também não acreditava que a Câmara Municipal não tivesse conhecimento do descontentamento que existia, o mesmo tinha sido sobejamente falado nas redes sociais e na comunicação social. Se tivesse havido vontade para alterar alguma coisa, tinham-na feito. A questão das acessibilidades e a intervenção evocada pelo Senhor Deputado Municipal do Partido Socialista, não estava em causa, era possível conciliar a questão das acessibilidades com algo mais tradicional.-----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, pretendendo dar algumas notas; a primeira, era sobre a criatividade dos projetistas evocada pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, fazia parte daquela profissão, no entanto, enquanto fosse Presidente de Câmara, quem mandava na Câmara era ele em conjunto com os vereadores e, não os arquitetos ou os projetistas. Não era fácil conseguirem-se unanimidades em projetos desta natureza em qualquer concelho, no entanto, não eram as opiniões avulsas que os faziam recuar, dando como exemplo o seu colega Presidente de Vila Nova da Barquinha, na requalificação da Praça junto à Câmara Municipal, primeiro contestada e depois aplaudida.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista, referindo que a sensibilidade era intrínseca a cada pessoa, grupo ou organização, não tendo que ser rigorosamente iguais, já lá ia o tempo da imposição de vontades. A requalificação em causa e a argumentação dos materiais, até poderiam regressar ao tempo da terra batida. Também era legítimo que alguém defendesse esse tipo de piso! As coisas evoluíam e as pessoas também, era preciso abertura para as

mudanças e acreditar que era possível fazer uma boa obra em Constância, mantendo o histórico. Quando da mudança do logotipo da Câmara, para aquela figura que simbolizava um Camões com barbas, também não tinha sido do seu agrado, mas aconteceu, e o logotipo tinha sido alterado. Era tudo uma questão de sensibilidade e respeito. Tinha surgido a possibilidade de um financiamento para esta requalificação, o que não acontecia todos os dias, tinha sido aproveitado e, em sua opinião, muito bem. Depois da obra concluída, até poderia admitir que estava equivocado, de momento e com a perceção que tinha, pensava que não.-----

Pediu novamente a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que gostava de deixar claro, que não tinha dúvidas nenhuma daquilo que o projetista tinha feito, quem aprovava o projeto era a Câmara Municipal e o executivo camarário o responsável, por outro lado, respeitava as opiniões de todos mesmo sendo contrárias às suas.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Albino Farinha da Costa, do Partido Socialista, referindo que os projetos eram apresentados, mas era o executivo municipal quem tomava a decisão de os aprovar. Os projetistas poderiam ser muito criativos, mas o executivo é que conhecia as populações e o terreno. Era quem tinha que tomar as decisões. Ao ouvir esta discussão, disse recordar-se, e não poderia deixar de referir, aquando da inauguração do Parque Ambiental de Santa Margarida na década de noventa. Muitos habitantes de Vale de Mestre, também tinham ficado chocados com o projeto e de como é que era possível num projeto de um Parque Ambiental, ter sido retirado um sobreiro centenário. Um sobreiro que dizia muito aos avós, e para os jovens, era um ponto de encontro. A questão que se discutia era se num Parque Ambiental não haveria lugar para um sobreiro centenário? Hoje já ninguém questionava a decisão.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a petição a votação, tendo esta sido rejeitada, com treze votos contra da Bancada do Partido Socialista e cinco votos a favor da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----

A Bancada do Partido Socialista apresentou uma Declaração de Voto.-----

“Declaração de voto. -----

Os eleitos da bancada do PS, declaram que votam contra esta petição pelos seguintes motivos:-----

1 – Desde a data da reunião de Câmara para aprovação da obra, até à entrega da empreitada não houve contestação;-----

2 – A Câmara Municipal de Constância, desenvolveu e desenvolve mecanismos para fácil acesso por parte dos cidadãos à consulta do referido processo, bem como a disponibilidade de todos os elementos com ele relacionados;-----



3 – Foi apresentado parecer técnico com respostas fundamentadas da sua aprovação, podendo concluir-se que o projeto/obra de requalificação foi aprovado em conformidade com todas as disposições, cumprindo a legislação e demais normas aplicáveis;-----

4 – Foram adotadas medidas por parte do município que revelam a primazia da reutilização de infraestruturas e equipamentos existentes em detrimento da nova requalificação e a reutilização/reconversão de espaços degradados, como objetivo de melhorar as suas condições de uso e função;-----

5 – Na requalificação do referido espaço, estão a ser desenvolvidas pelo município, soluções que permitirão o estacionamento público e para moradores;-----

6 – Está salvaguardado a área verde e o tratamento paisagístico adequado, bem como o reforço da iluminação pública e melhoria da eficiência energética. -----

Constância, 29 de abril de 2022 -----

Os eleitos do PS”. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.---

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DE INVENTARIO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021 – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, relativamente à prestação de contas de dois mil e vinte e um, pretendia deixar algumas notas que entendia serem as mais relevantes para a análise do documento: as taxas de execução da receita tinham chegado aos noventa por cento e as da despesa, aos oitenta e dois ponto oitenta e nova por cento; tinham reduzido o endividamento municipal em três ponto setenta e oito por cento; tinha sido possível, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, efetuar o pagamento de noventa e oito por cento da despesa faturada; um saldo de gerência de mais de seiscentos mil euros; tinham conseguido cumprir o equilíbrio orçamental estipulado na legislação existente, demonstrativo de uma gestão equilibrada e rigorosa, naquilo que eram as contas da Câmara Municipal.-----

Apesar de ter sido um exercício profundamente marcada pelo Covid-19, em que muitas das atividades municipais tinham ficado por realizar devido às limitações impostas, considerava uma prestação de contas positiva e uma boa gestão do Município. Quanto ao resultado líquido do exercício ter sido negativo, devia-se, aos aumentos dos custos da eletricidade em mais de trinta e cinco mil euros, água em mais trinta e seis mil euros, trabalhos especializados mais de cento e cinquenta mil euros, nos quais estavam incluídos projetos de execução de obras desenvolvidas, no pessoal, duzentos e setenta e um mil



euros, não pela contratação de mais pessoas, mas sim, no âmbito da avaliação do SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), do aumento do salário mínimo, da atribuição de subsídio de turno e subsídio de penosidade. Para este resultado líquido do exercício, também tinham contribuído; rendimentos que a Câmara Municipal tinha deixado de receber nomeadamente; isenções de tarifas fixas às associações e coletividades, aos comerciantes em espaços arrendados pelo município na isenção de rendas, apoio às associações e coletividades do concelho, incluindo o apoio aos Bombeiros Voluntários e à Santa Casa da Misericórdia. Lembrou que, se não tivessem sido as amortizações, o resultado líquido do exercício seria positivo em mais de oitocentos mil euros.-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que na página trinta e nove do documento, era referido que na área da educação, a descentralização de competências apresentava um défice próximo dos quarenta mil euros, referentes aos meses de setembro a dezembro, pelo que, solicitava um esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal: Qual o montante transferido pelo Ministério da Educação no período referido e, qual o valor das despesas repartidas por rubricas suportadas pela Câmara Municipal, com pessoal, eletricidade, água, saneamento básico entre outros, no mesmo período de tempo?-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que em seu entender, o Senhor Deputado Municipal não tinha lido bem o documento de prestação de contas e não teria visto os valores transferidos no âmbito da descentralização administrativa. Não se tratava de um problema apenas da Câmara Municipal de Constância, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde estavam Câmaras Municipais lideradas pelo Partido Comunista, já tinham feito chegar aquela preocupação ao governo, no sentido de serem revistos e reforçados os valores. O pacote da descentralização administrativa na área da educação, tinha sido feito antes do aumento brutal ocorrido nos últimos meses, na eletricidade, nos combustíveis, na atualização do salário mínimo nacional, para além de outros suplementos e subsídios. Por essa razão, tinha ocorrido essa derrapagem. Era efetivamente um problema que afetava os trezentos e oito municípios do país que, em conjunto, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, entidade que os representava, pressionar o governo no âmbito da discussão do orçamento na especialidade, para que o fundo para a descentralização administrativa fosse reforçado. Respondendo diretamente à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal



Joaquim José Moura Marques do Santos, confirmou que a atividade municipal ficou prejudicada por esta discrepância de valores, dos vinte e cinco mil euros para cerca de quarenta mil. Referiu que o município não tinha, independentemente dos constrangimentos, deixado de cumprir com as suas obrigações.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o documento lhe suscitava algumas dúvidas. Poderiam como era normal, existirem diferenças de opinião entre forças políticas ou simplesmente pessoais que respeitava, no entanto, existiam coisas que eram tão óbvias que tinha muita dificuldade em aceitar, porque em nada dignificavam os autarcas. Aceitarem transferências de competências antes do tempo e, não terem transparência para informarem como estavam a decorrer as negociações, sendo que, até poderia estar a ser injusta quanto à falta de transparência! Porquê terem continuado a avançar e não terem tomado há mais tempo uma posição? Sobre o documento de prestação de contas propriamente dito, referiu que; analisar três volumes e mais de oitocentas páginas num curto espaço de tempo, não era tarefa fácil, mesmo tendo o documento notas explicativas que ajudavam quem não tinha conhecimentos técnicos para o analisarem, mesmo politicamente. Tendo em consideração que estas notas explicativas vinham do revisor oficial de contas, em termos técnicos, não tinha dúvidas que as contas de gerência tinham condições técnicas para serem aprovadas. Por outro lado, em jeito de apreciação política na análise das taxas de execução, não deixava de reconhecer que tinha sido um ano atípico de Covid-19 e, algumas realizações não se tinham realizado por esse motivo, como era o caso das Festas do Concelho. Também pretendia valorizar os apoios que a Câmara Municipal tinha prestado às coletividades, aos comerciantes e à população em geral. Salientou também como positivo: o projeto de saneamento da sede do concelho à ETARI (Estação de Tratamento de Águas Residuais e Industriais) da Caima; as obras de conservação da Ecoteca e a Requalificação da Rua Moinho de Vento, embora com algumas vicissitudes. Quanto aos pontos negativos: a negociação das transferências de competências na forma e no tempo como tinha sido feita; a intervenção da zona ribeirinha e alguma falta de atividade nos meses de verão que, com segurança, seria possível fazer-se, dando mais dinâmica ao comércio local. Quanto a algumas dúvidas que pretendia ver esclarecidas, referiu: uma devolução de cerca de trinta e dois mil euros no âmbito da obra do Centro Escolar; do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), relacionado com o Centro Escolar de Montalvo, apareciam como recebidos, cinquenta e oito mil euros e devolvidos noventa mil. Qual a razão daquela devolução? Nas despesas extraordinárias com pessoal tinha havido um acréscimo, pretendia saber melhor a razão ou razões para aqueles valores; sobre o aumento de horas extraordinárias, de catorze mil euros em dois



mil e vinte, para trinta mil euros em dois mil e vinte e um, segundo o seu entendimento, estaria relacionado com a questão do problema informático e da necessidade de fazerem mais horas extraordinárias; em trabalhos especializados, duzentos e vinte e seis mil euros, para além dos projetos para candidaturas a fundos comunitários, a que outros trabalhos se referiam? Na tabela dos apoios às coletividades no âmbito do Covid-19, questionava as diferenças de valores, por exemplo: Rancho Folclórico de Malpique, trezentos e vinte e três euros; Grupo desportivo Os Relâmpagos, mil duzentos e vinte e dois euros e oitenta e três cêntimos. Poderiam ter mais atividades, mas os valores mostravam uma grande discrepância. A Sociedade Recreativa Portelense tinha recebido dois mil quinhentos e sessenta euros de apoio ao Covid-19, quando tinha um bar aberto e o arrendatário pagava uma renda, podendo neste caso existir um duplo apoio, por via da Câmara e, pelo pagamento da renda. Ficava apenas um alerta. No documento, era referido que tinha ocorrido um erro no processamento de alguns subsídios ao investimento no ano de dois mil e vinte e um, respeitante a dados de bens imóveis e à sua vida útil adequada que tinha sido alterada. Não tendo sido corrigida, tinha originado um incorreto processamento dos subsídios ao investimento. No mesmo documento, mais à frente, num dos quadros, referia que, a regularização em causa, tinha registado um valor de trezentos e dezasseis mil setecentos e oito euros, tendo um impacto positivo no resultado líquido do exercício de dois mil e vinte. Não pretendia questionar o erro, eram coisas que aconteciam, o que pretendia era ser esclarecida como é que ficaria o exercício em termos de resultados transitados? - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----
No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que compreendia a dificuldade em analisarem mais de oitocentas páginas do documento de prestação de contas, repartidas pelos três documentos. Sendo a CDU-Coligação Democrática Unitária oposição, tal como o Partido Socialista o tinha sido no passado, o tempo que tinham para a sua análise era curto, não sendo tarefa fácil, apesar de terem sido cumpridos os prazos de entrega da documentação.-----
Sobre as questões colocadas, começando pela transferência de competências, referiu que tinha havido sempre transparência na divulgação do evoluir do processo, o que não podia era divulgar o que não sabia. Sobre este assunto, disse que já tinha dado os esclarecimentos em seu entender corretos e suficientes, à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----
Relativamente ao Centro Escolar de Montalvo, o que se tinha passado era do conhecimento da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim,



da CDU-Coligação Democrática Unitária, que tinha acompanhado aquele processo e certamente se recordava que o primeiro empreiteiro não tinha acabado a obra, tendo a Câmara Municipal acionado a garantia bancária. A CCDR Centro (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), tinha entendido que a Câmara Municipal ao acionar a garantia bancária, tinha tido uma receita extraordinária, por ter recebido cento e tal mil euros da mesma, e tinha descontado esse valor ao financiamento definido para o Centro Escolar. A Câmara Municipal tinha contestado, mas a CCDR tinha mantido a sua posição, dizendo que eram orientações comunitárias.-----

--- Quanto às horas extraordinárias e na sua grande maioria, deviam-se efetivamente à questão do ataque informático, absorvendo muitas horas, muitas noites e muitos dias aos técnicos do município que, em alguns dias, nem à cama tinham ido para poderem recuperar o sistema, e colocar o mesmo em funcionamento na Câmara Municipal. Também estariam incluídas outras atividades, por exemplo, no apoio às associações e coletividades ou mesmo, da Câmara, em horas aos motoristas do autocarro municipal.-----

Relativamente aos apoios ao Rancho Folclórico “Os Camponeses”, aos Relâmpagos e à Sociedade da Portela, estes apoios tinham sido dados de acordo com as faturas de despesas de água, luz, seguros, limpeza da sede, etc. apresentadas de acordo com o Regulamento de apoio ao Associativismo, depois de validadas pelos técnicos do município. Quanto ao resultado líquido do exercício, era uma questão meramente técnica, não se podendo comparar a execução de dois mil e vinte, com a execução de dois mil e vinte e um, devido à consignação desse subsídio ou investimento. Para responder a estas questões técnicas e outras sobre o documento, solicitou à Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Doutora Marisa Figueiredo para explicar os assuntos.-----

No uso da palavra, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira começou por referir que, conforme estava explicado no documento da prestação de contas, mais em concreto no anexo às demonstrações financeiras, tinham detetado que tinha ocorrido um erro contabilístico em dois mil e vinte, que tinha afetado materialmente o resultado no período, positivo em cerca de cinquenta mil euros. Esta situação tinha acontecido, porque na transição para o sistema de normalização contabilística, o classificador dos bens tinha sido alterado e, as vidas úteis dos bens tinham levado às suas depreciações e amortizações. Tinha sido centenas de milhares de bens alterados que tiveram que ser revistos. Aquele procedimento tinha sido feito, validado e verificado, inclusive pelo Revisor oficial de contas. Deu como exemplo, um bem que tinha sido financiado e custado um determinado valor ao município; anualmente sofria uma determinada depreciação e ao mesmo tempo um determinado rendimento. Havia um custo pelo lado da amortização e um rendimento pelo lado do subsídio. Anteriormente a AIRC (Associação de Informática da

Região Centro) tinha como critério considerar o valor do subsídio, com uma percentagem do valor do financiamento face ao valor do bem. Com a transição, a própria AIRC tinha recomendado a mudança do critério, o que tinha sido feito. Com este procedimento, no exercício de dois mil e vinte, a Câmara tinha tido mais rendimentos do que deveria, por via da imputação dos subsídios. Esta situação tinha levado à regularização em dois mil e vinte e um, tratando-se de um erro relevante refletido na conta. Não tinha sido feita a correção retrospectiva a dois mil e vinte, porque estando a Câmara Municipal no período de implementação do novo sistema contabilístico, a própria norma de normalização contabilística tinha definido como um prazo de transição, três anos, simplesmente tinham refletido essa nota na prestação de contas, mas não a correção dos documentos anteriores a dois mil e vinte. Assim, o resultado de dois mil e vinte e um, já era um resultado real, em causa ficava a comparabilidade, ou seja, não se poderia comparar o resultado deste ano com o do ano passado, porque tinha aquele erro. Estas tinham sido as principais implicações. Os lançamentos feitos em dois mil e vinte e um, tinham sido todos acompanhados pelo Revisor Oficial de contas, que os tinha validado e considerado ser este o tratamento adequado. Reforçou, referindo que o serviço de património tinha executado exatamente aquilo que a AIRC tinha aconselhado e, quando tinham detetado o problema, nem a própria AIRC conseguia justificar e encontrar a forma de o resolver. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo-se à referência feita pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a Declaração apresentada pela Bancada do Partido Socialista sobre a transferência de competências, pretendia apenas dizer o seguinte: na vida, na vida política e no trabalho, só existiam duas posturas “os que ralhavam e reclamavam e os que tentavam melhorar as coisas” e, quando apresentaram aquela Declaração, referiam-se a todos os municípios do país, não era só o município de Constância que considerava as transferências financeiras insuficientes era a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses. O que importava era ter uma postura de melhorar, resolver e ultrapassar os problemas, fazendo as chamadas de atenção e apelos ao governo, via comissões de acompanhamento. As transferências estavam a ser acompanhadas por comissões que estavam no terreno a determinar as necessidades reais. O que mais importava era o reconhecimento por parte do governo que a situação quando tinha sido avaliada na primeira avaliação, já não era a mesma existente atualmente, logo, os valores deveriam ser reavaliados. A postura deveria ser; não estava bem, tinha que ser retificada, para que os municípios pudessem cumprir com os seus compromissos e as suas funções em prol das suas populações. Quanto à prestação de contas, era necessário ter em conta que tinha sido um ano marcado pela

pandemia, com técnicos durante muito tempo em teletrabalho. No entanto, era importante referir que os dados apresentados demonstravam rigor na gestão orçamental. Constatava-se que: havia uma descida do endividamento municipal, em cerca de três pontos setenta e oito por cento; as taxas de execução do orçamento quer da receita, quer da despesa eram muito elevadas, com uma taxa de execução de receita de noventa por cento e uma taxa de execução de despesa de oitenta e dois por cento; o saldo de gerência que transitava era de cerca de seiscentos mil euros; verificava-se o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental; tinha havido um aproveitamento de fundos comunitários do FEDER, no montante de um milhão trezentos e treze mil novecentos e setenta e um euros, dos quais, cerca de um milhão cento e trinta mil já se encontravam validados, lembrando que em relação a dois mil e vinte, os fundos comunitários tinham aumentado em cerca de quatrocentos e dezanove mil quatrocentos e sessenta e um euros. A descida da dívida municipal era uma marca do executivo socialista, tendo neste exercício, diminuído em cerca de noventa e seis mil quatrocentos quarenta e nove euros. Era um marco sempre importante referir. Como o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido, o resultado líquido apresentado de negativo, devia-se não só ao impacto das depreciações, mas também, ao aumento dos gastos, como o fornecimento de serviços externos e gastos com o pessoal. Só os gastos no aumento da eletricidade, eram de cerca de trinta e cinco mil seiscentos e trinta euros; com a aquisição de água, mais trinta e seis mil e noventa e dois euros em relação ao ano anterior; as despesas com o pessoal, tinham tido um aumento de duzentos e setenta e um mil trezentos e quarenta e sete euros, não pelo aumento de funcionários, mas, devido ao aumento da retribuição mínima mensal, com os reposicionamentos, resultantes da aplicação do SIADAP e, com o pagamento do subsídio de pensão e salubridade. Também considerava importante referir, os apoios da Câmara Municipal às coletividades e associações do concelho, impossibilitadas de realizarem as suas atividades por causa da pandemia, e só com aqueles apoios tinham conseguido manter as portas abertas. Este apoio, em cerca de duzentos e trinta mil setecentos e quinze euros, tinha permitido às entidades do concelho; associações, Bombeiros Voluntários, Santa Casa da Misericórdia e comércio local, prosseguirem as suas importantes funções na comunidade.-----

Em conclusão, apesar de no ano de dois mil e vinte e um, o município não ter podido realizar as suas atividades normais, apresentava bons resultados a nível financeiro e ainda, ter sido possível desenvolver um conjunto de projetos de intervenções no espaço público, valorizando ainda mais o concelho.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da





Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e treze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista.-----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou uma Declaração de voto (Anexo III).

PONTO 4 - PROPOSTA DE ADENDA À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que se tratava de um mapa obrigatório, parte integrante da Prestação de Contas que por lapso não tinha sido incluído.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, mais do que a explicação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dado, pretendiam uma explicação mais técnica para poderem votar em consciência.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou à Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Doutora Marisa Figueiredo, para dar uma explicação mais técnica sobre o assunto.-----

A Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira , começou por referir que este mapa era um mapa que era apresentado pela primeira vez ao Tribunal de Contas e daí, tenha ficado de fora da prestação de contas. Tinham-se apercebido da falta, quando pretenderam reportar os valores respeitantes à transferência de Competências, previstas no orçamento com os valores arrecadados, ou seja, aqui era uma mera comparação da receita, no entanto, era muito mais do que isso; tinha as previsões dos lugares que estavam previstos nos recursos humanos, a previsão dos bens que iriam transitar para a Câmara e as respetivas contas orçamentais e patrimoniais. Também tinha a comparação com aquilo que tinha sido executado. Em sua opinião, era um mapa que até ficava aquém daquilo que deveria ser, porque não comparava a receita que a Câmara arrecadava com a despesa assumida. Era um mapa de comparação da receita entre o que estava previsto no orçamento e o que tinha sido recebido. Este mapa reportava as receitas no âmbito da descentralização administrativa, obrigatório a partir de agora, apresentar esses valores ao Tribunal de Contas, junto à prestação de contas.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----



PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO DE 2021 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se tratava de um documento meramente técnico, tratando-se de uma proposta para a aplicação líquida do exercício em resultados transitados.-----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 E RESPETIVO ANEXO (1ª ALTERAÇÃO) – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir o que estava na informação feita pela Doutora Marisa, na primeira página do documento. Não se pretendia introduzir mais lugares no mapa de pessoal, nem contratar mais trabalhadores, pretendia-se apenas que a Assembleia Municipal aprovasse a atualização do mapa de pessoal, de acordo com as alterações que tinham existido.-----

No primeiro ponto do documento, tratava-se de eliminar um lugar, em resultado da consolidação de mobilidade noutra entidade, por uma funcionária que tinha consolidado a mobilidade na Instituição onde estava.-----

No segundo ponto, DAMF-C-01 transição do lugar ocupado em mobilidade para provir em resultado da consolidação da mobilidade no Município de Constância. Uma técnica superior que tinha vindo de outro organismo do Estado e consolidado a mobilidade neste Município.-----

Quanto à Divisão Municipal de Serviços Técnicos, a transição de um lugar a prover para provido, tratava-se da contratação de um electricista, lugar já preenchido.-----

O último ponto Divisão de Serviços Técnicos e Divisão Municipal dos Serviços Técnicos, tratava-se de uma mobilidade interna que estava a decorrer, e no mapa de pessoal não estava atualizado, a mobilidade de Coordenador Técnico para Técnico Superior.-----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e treze votos a favor da Bancada do Partido Socialista.-----

PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (1ª ALTERAÇÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS



DE 2022 A 2026 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o documento era claro e objetivo, destacando apenas alguns aspetos mais relevantes. O mais relevante e menos positivo, era a diminuição das transferências do Orçamento do Estado para o município, em trezentos e quarenta e oito mil euros, o que retirava logo mais de metade daquilo que era injetado com o saldo de gerência. Quanto a projetos reforçados e incluídos nesta revisão, constavam: a ampliação da zona Industrial de Montalvo; a construção e Requalificação do Parque Infantil na Portela e, a aquisição de um terreno na Portela para fazerem uma pequena bolsa de estacionamento. Todos os outros reforços de rúbricas, eram casos de conservação e gestão normal, no dia a dia do Município.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitando autorização à Assembleia para prolongar os trabalhos para além das vinte e quatro horas. Posta a votação, a autorização, esta foi aprovada por unanimidade.-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que gostaria de saber o que significavam os quarenta mil euros, no quadro de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho? Depois, na aquisição de terrenos, o Senhor Presidente já tinha dito que era para construir um Parque de Estacionamento, pelo que gostaria de saber qual o terreno e qual a área?-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que; relativamente à questão do pessoal, ao quadro de recrutamento para novos postos de trabalho, durante a execução orçamental do presente orçamento tinha sido necessário reforçar outras rúbricas e, este valor, tinha sido retirado a esta rúbrica. Agora, no saldo de gerência tinha sido repostado o valor que tinha sido retirado para reforçar outras rúbricas. Fazia parte da gestão orçamental da Câmara.-----

Relativamente ao terreno na Portela, estavam a desenvolver um projeto que incluía a requalificação da rua dos Fundadores da Sociedade Recreativa Portelense, desde a casa do ex-Presidente António Mendes até ao cemitério da Portela, visando dar resposta às questões da mobilidade e a pessoas com mobilidade reduzida, com um aviso a Fundos Comunitários, aberto até final de maio. No âmbito do Desenvolvimento desse projeto, iriam incluir uma bolsa de estacionamento na bifurcação da Rua dos Fundadores da Sociedade Recreativa Portelense com a Travessa da Esperança. O terreno que à partida iriam adquirir, seria o terreno da casa conhecida em Santa Margarida, como do Senhor Joaquim Silvério, mais conhecidos por Joaquim Selada e Maria Custódia. Era uma casa velha, já





em ruínas e seria esse o terreno com cerca de mil e oitocentos metros quadrados, para a criação da bolsa de estacionamento.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 8 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as duas Bancadas se pretendiam apresentar algum candidato.-----

A líder da Bancada do Partido Socialista, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, apresentou o nome do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo.-----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária não apresentou qualquer candidato. Colocado o candidato apresentado pela Bancada do Partido Socialista a votação secreta, o resultado foi o seguinte: treze votos a favor, quatro votos em branco e um voto não.-----

Foi eleito o Senhor José Manuel Ricardo, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, como representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Constância, para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.-----

PONTO 9 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2021 – PARA CONHECIMENTO-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 10 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as seguintes questões mencionadas na informação escrita:-----

- Assinatura do contrato com a Santa Casa da Misericórdia de Constância; pretendia ser esclarecida sobre o assunto e qual o valor do arrendamento?-----

- Uma reunião protocolo das festas e uma reunião com o C.R.O.C (Centro de Recolha Oficial de Canídeos) no Salão Nobre em Abrantes; pretendia saber do que se tinha tratado.

- Pretendia saber o resultado do acompanhamento social dos arrendatários em regime de renda apoiada e apoio social a arrendatários em regime de renda ajustada. Qual o resultado deste acompanhamento? Do mesmo assunto, para quando a regularização através de concurso público do arrendamento de habitações propriedade do município, designadamente as desocupadas no Bairro do Chão da Feira?-----





- Sobre as reuniões mencionadas no processo de transferência de competências em matéria de Ação Social, também pretendia saber mais sobre as mesmas.-----

- No documento apareciam pagamentos de pareceres para; a Praça Convida, entrega de prémios Alexandre O'Neill e festas do Concelho, pretendia saber do que se tratava?-----

-Também pretendia saber qual era a capacidade de endividamento da Câmara Municipal neste momento?-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à primeira questão: o contrato de arrendamento com a Santa Casa da Misericórdia de Constância, tinha a ver com a questão da Loja do Cidadão. Era uma condição obrigatória para submeter a candidatura a fundos comunitários, tratando-se de um arrendamento provisório, não tinha custos. Se a candidatura fosse aprovada, passariam para um contrato de promessa de compra e venda.-----

Sobre a reunião protocolo das festas, tinha sido uma reunião com os funcionários para as questões protocolares. Sobre a reunião com o C.R.O.C, tinha sido o Senhor Vereador Pedro Pereira, responsável por aquele pelouro no canil intermunicipal.-----

Sobre as rendas ajustadas, era um trabalho feito com o acompanhamento dos serviços de ação social, prevendo que nos próximos meses fosse possível lançar o concurso público de arrendamento para as habitações que estavam nas condições referidas.-----

Sobre os pareceres; diziam respeito a pareceres obrigatórios para as atividades da festa, por exemplo o parecer da GNR.-----

Sobre a capacidade de endividamento do Município, neste momento, rondaria o milhão e cem mil euros. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 11 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal, Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para abordar dois assuntos; como introdução, abordou as tão faladas placas de granito, que afinal eram lajes, não sendo um material tão duradouro como a tijoleira típica na vila.-----

- O primeiro assunto dizia respeito à requalificação da Rua do Moinho de Vento, referindo que era com agrado que via terminada aquela obra sem grandes transtornos para os cidadãos. A colocação de lombas limitadoras de velocidade numa via próxima de uma escola, piscina, pavilhão e uma creche, era uma boa medida, no entanto, a sua configuração não deveria causar danos aos veículos, o que estava a acontecer. A colocação de sinalização adequada ou tornar as lombas mais suaves “não deixando de cumprir o seu objetivo”, seria em sua opinião uma situação a rever.-----



- O segundo assunto, dizia respeito às obras de beneficiação da Igreja da Misericórdia; tinha sido com muito agrado que tinha tido conhecimento das obras de conservação naquele espaço, uma medida a louvar, de um templo com um espaço interior único. Uma obra que para além de dignificar a Santa Casa da Misericórdia e a Igreja, daria uma nova vida a toda a área envolvente. Por fim, questionou se haveria alguma hipótese de a Câmara Municipal adquirir o espaço contíguo à Igreja, onde existiam quintais com um aspeto pouco cuidado, por forma a dar àquele espaço um outro uso que o dignificasse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder sobre a requalificação da Rua do Moinho de Vento, referindo que as referidas lombas cumpriam com a regulamentação/legislação existente, estando bem sinalizadas, tanto de dia como de noite. Tinha tomado boa nota da preocupação e, se chegassem à conclusão que as lombas eram uma evidência de acidentes, seriam tomadas as medidas julgadas por convenientes.-----

Relativamente à Igreja da Misericórdia, as obras de conservação tinham sido feitas através de duas linhas financeiras; uma através da TAGUS e outra através do Fundo Rainha D. Leonor. Uma intervenção que tinha ultrapassado os duzentos mil euros, dignificando aquele espaço, tornando-o como um espaço de visita obrigatório para quem visitava a Vila e o Concelho. Quanto aos terrenos, quando tinham pensado na requalificação da Avenida das Forças Armadas, tinham pensado na aquisição daqueles espaços, no entanto tinha surgido um particular interessado em comprar um dos terrenos e tinham tomado a decisão de não se intrometerem no negócio. Tinha abordado o proprietário, tendo este referido que existia uma pessoa interessada, estando em vias de celebrarem a escritura.-----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o assunto que pretendia apresentar era um assunto bastante delicado e sensível, vinha na sequência da mediatização de um caso na Aldeia de Santa Margarida da Coutada, com a contaminação da água por um pesticida ou herbicida. O Jornal "O Mirante" e o Jornalista Hernâni Carvalho, na Linha Direta, tinham dado grande relevância ao assunto. Assim, pretendia questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha algum conhecimento da origem da contaminação e qual o ponto de situação?-----

Também pretendia questionar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se tinha o estudo levado a cabo pela CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), sobre um projeto para um Aeroporto em Tancos, e se o não tinha, qual a razão?-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que não tinha nem conhecia o estudo da CIMT, sobre um projeto para um Aeroporto em Tancos. Se esse estudo existisse, também gostava de ter conhecimento do mesmo. A informação que tinha, como já anteriormente tinha referido, era que se tratava de um projeto não público, que não tinha saído da CIMT e, nem o Senhor Presidente da Câmara Municipal o possuía, como lhe tinha referido, quando a Bancada da CDU lho tinha solicitado. Como a Senhora Deputada Municipal Júlia Amorim, também fazia parte da Assembleia da CIMT, nessa condição, também o poderia solicitar diretamente naquele órgão.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que relativamente ao estudo do projeto sobre o Aeroporto de Tancos, o que tinha sido apresentado na CIMT, tinha sido um estudo prévio. A versão final não tinha sido consolidada porque, nessa reunião, tinham surgido um conjunto de considerações apresentadas à empresa de consultores. Não possuía aquela apresentação prévia, nem a tinha solicitado, por se tratar de uma apresentação prévia, não um estudo final. Atendendo a que não se tratava de um estudo final e, atendendo à sua sensibilidade não só política, mas também militar, o estudo não tinha sido divulgado. Quando se tratasse de uma versão final, o estudo seria divulgado.-----

Quanto à contaminação das águas em Santa Margarida da Coutada, “Aldeia”, existiam dois problemas distintos; a questão dos herbicidas e, a questão dos coliformes fecais. Relativamente aos coliformes fecais, a estação elevatória pertença do Município, raramente apresentava avarias, não existindo avarias, não poderiam acontecer escoamentos de águas residuais para as propriedades. Não havia uma correlação entre a estação elevatória e os valores anormais que se faziam sentir naquela zona. Relativamente ao problema do herbicida, estava a decorrer um processo judicial, em segredo de justiça, e o organismo competente para o analisar era a Agência Portuguesa do Ambiente. Se os lesados necessitassem do apoio da Câmara Municipal, esta estaria disponível para os ajudar. Aquilo que os entendidos no assunto referiam, era que depois de tantos anos passados, os herbicidas continuarem ativos nos lençóis freáticos, não seria provável.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por

unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos.-----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas, zero horas e quinze minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

Arro L. F. P. da

Carla Silveira

Maria Tereza Rosa de O. da

Anexo I

DECLARAÇÃO

“Lei das Transferências de Competências

A Lei 50/2018, de 16 de agosto, veio estabelecer o quadro de transferências de competências para os municípios de diversas áreas a descentralizar, com base na autonomia dos municípios e no princípio da subsidiariedade, que sustenta que os problemas sociais e políticos de uma sociedade devem ser resolvidos no plano local mais imediato, que seja capaz de os resolver.-----

Mas, se as transferências de competência não forem acompanhadas dos respetivos pacotes financeiros, os executivos municipais deixarão de ter capacidade financeira para realizar investimento e não farão mais de que uma gestão corrente dos seus municípios, com capacidade financeira para efetuar os pagamentos de água, luz e salários.-----

É um facto que os valores atualmente transferidos para as autarquias são manifestamente insuficientes para fazer face às necessidades ao nível da Educação, Saúde e Ação Social, obrigando os municípios a retirarem dos seus parques orçamentos as verbas necessárias.-

É urgente e indispensável, que o Governo Central, com base no trabalho realizado pelas comissões de acompanhamento das transferências de competências para as autarquias locais, reavalie as reais necessidades financeiras, para que os municípios possam cumprir as suas obrigações e dar resposta às necessidades das suas populações-----

Assembleia Municipal de Constância, 29 de abril de 2022 -----

Os eleitos do Partido Socialista.”-----





Anexo II

MOÇÃO

“Alteração da Legislação relativa aos beneficiários de Gasóleo Verde

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional.----
Aqueles AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas sub- orçamentações nos Orçamentos de Estado e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes, há muito que vivem dificuldades.-----

Nos últimos anos, com a pandemia, foram agravadas as dificuldades económicas.-----
Os aumentos dos preços dos combustíveis, para muitas AHBV já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer às restantes AHBV.-----

O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis. 1500 euros?! Fica muito aquém do que os bombeiros necessitam e merecem!-----

Entre as medidas que se impõem implementar num justo regime de financiamento das AHBV, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado por gasóleo verde.-----

Desejamos:-----

1) Expressar a solidariedade à AHBV do Concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses.-----

2) Apelar ao Governo e aos Grupos Parlamentares e Deputados únicos que legislem, rapidamente para que os Bombeiros tenham finalmente acesso a gasóleo verde.-----

3) Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes.-----

Enviar a presente Moção:-----

Ao Exmo Sr. Primeiro Ministro;-----

Ao Exmo Sr. Ministro da Economia;-----

Ao Exmo Sr. Ministro da Administração Interna;-----

À Exma Sra. Ministra da Saúde; -----





À Liga dos Bombeiros Portugueses;-----
À Federação de Bombeiros do distrito de Santarém;-----
Às Direções e Comandantes das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do
Distrito; À Comunicação Social.-----
Constância, 29/Abril/2022 -----
A Bancada da CDU.”-----



Anexo III

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Prestação de Contas relativa ao ano de 2021

Após análise dos Documentos de Prestação de Contas, verifica-se que houve preocupação técnica em apresentar o Relatório de Gestão de uma forma clara com a análise explicativa de gráficos e tabelas incluindo nalgumas rúbricas a análise comparativa com anos anteriores.-----

Relativamente à clareza do documento exceção feita no respeitante aos Centros de Responsabilidades que não obstante se compreender que reproduzam o modelo contabilístico imposto é de muito difícil interpretação dificultando a sua análise pelo que se impunha notas explicativas adicionais há semelhança do que é feito noutras rúbricas da Prestação de Contas.-----

De registar como positivo o respeito pelas regras orçamentais a elaboração do documento à luz do preconizado pelos diversos diplomas legais, a existência de equilíbrio orçamental a continuidade da regularização do imobilizado em curso e inexistência de pagamentos em atraso.-----

Do ponto de vista da análise técnica do relatório de Prestação de Contas e tendo em consideração o parecer do Revisor Oficial é nosso entendimento que os documentos estão em condições de ser aprovados pela Assembleia Municipal.-----

Do ponto de vista da análise de execução política e após a análise comparativa entre o proposto nos Documentos previsionais de 2021 e o relatório de gestão em apreço e ainda o acompanhamento real da gestão do executivo municipal destacamos como positivo. ----

A melhoria de alguns arruamentos no concelho como por exemplo a rua do Moinho de Vento, não obstante algumas vicissitudes verificadas no decurso das obras por falta de visão e planeamento e ainda neste projeto aspetos que consideramos menos positivos.---

A elaboração do projecto de saneamento de ligação da sede do concelho à ETAR;-----

As obras de conservação da Ecoteca no PASM.-----

Não esquecendo que 2020 tinha sido marcado pela Pandemia valorizamos os apoios excepcionais prestados às coletividades, aos Bombeiros e à Santa Casa da Misericórdia bem como aos comerciantes do concelho em geral assim como aos que são arrendatários da Câmara.-----



Também não podemos deixar de reconhecer o transtorno causado pelo ataque informático e neste contexto solidarizarmo-nos com o executivo e os trabalhadores da autarquia.-----

Como notas negativas:-----

- A falta de clareza e deficiente negociação no âmbito do processo de descentralização de competências designadamente no âmbito da Educação em que de setembro a dezembro de 2021 o município e conseqüentemente os munícipes perderam 40 000,00 euros.-----

- A não abertura do Cineteatro Municipal, não obstante a taxa de execução ser de 90%.---

- O não funcionamento do Gabinete de Saúde Oral no nosso concelho, não obstante a taxa e execução ser de 87%.-----

- A intervenção na Zona Ribeirinha, nos moldes em que foi executada.-----

- Incompreensão pela devolução de 90 000,00 à obra do centro escolar de Montalvo. -----

- O facto de 2021 ser um ano estar ainda condicionado pela pandemia o período de verão não ter sido aproveitado como era desejável e possível com a implementação medidas de segurança para realizar actividades culturais e desportivas dirigidas aos munícipes e que projectassem o concelho no exterior como destino turístico. A inércia e a timidez na realização de iniciativas teve naturalmente conseqüências negativas para os comerciantes locais.-----

- O projecto da construção da mini rotunda em Vale de Mestre pelas razões explanadas em anteriores assembleias municipais. -----

- Verifica-se também que no domínio da saúde, da ação social dos serviços culturais e desportivos, estes programas têm taxas de execução muito reduzidas na ordem dos 0%. -

- Quanto ao espaço público, verificou-se a falta de conservação designadamente com muros e edificios públicos por pintar e o incumprimento por parte da empresa no respeitante à limpeza da Vila. -----

Em face do exposto anteriormente o sentido de voto é a abstenção. -----

Constância, 29 de Abril de 2021 -----

Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária" -----